

ILMO. SENHOR PREGOEIRO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO

Pregão Eletrônico 216/2022

Processo 15.980/2021

TECNOMED SERVIÇOS TÉCNICOS DE EQUIPAMENTOS BIOMÉDICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o número 11.922.238/0001-90, sediada na Av. Lobo Júnior, nº 688 - Parte, Penha Circular, Rio de Janeiro/RJ, CEP 21020-125, representada pelo seu sócio administrador o Sr. Marcelo Pereira Alves, com fulcro nos Artigo 41, § 1º da Lei 8.666/1993 e Artigo 24, do Decreto 10.024/2019, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, apresentar a presente **IMPUGNAÇÃO** ao Edital de Pregão Eletrônico em epígrafe, o que o faz nos seguintes termos:

I - TEMPESTIVIDADE

O artigo 24 do Decreto 10.024/2019, garante aos licitantes o direito de impugnar os termos do edital no prazo de até três dias úteis anteriores a data de abertura da sessão. Portanto, a data de abertura está agendada para 15/02/2023, nesse sentido a peça impugnatória preenche os requisitos de admissibilidade.

II- DOS FATOS

II.1) Item 19.1 - Exigência Ilegal de Qualificação Técnica nas áreas de Engenharia Biomédica e Engenharia Civil.

Ocorre que no edital em seu item 19.1, dispõe como requisito para "Qualificação Técnica", a prova de registro ou inscrição da empresa e

seus responsáveis técnicos junto ao CREA, com habilitação nos ramos de Engenharia mecânica, Engenharia Elétrica/Eletrônica, Engenharia Civil e Engenharia Biomédica. Entretanto a exigência dos ramos de Engenharia Biomédica e Engenharia Civil, configura exigência ilegal que afronta o princípio da isonomia e da competitividade. Vejamos:

“19.1 Prova de registro ou inscrição da empresa e do(s) seu(s) responsável (eis) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), onde demonstre estar devidamente habilitada a prestar serviços nas áreas de Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica/Eletrônica, Engenharia Civil e Engenharia Biomédica cujo acervo técnico deverá demonstrar capacitação em avaliação, gerenciamento, instalação e manutenção em EMH - Equipamentos Médico Hospitalares.”

Tal exigência denota-se demasiadamente restritiva e injustificada, haja vista que se trata da contratação de uma empresa especializada em **Engenharia Clínica**, o objeto do serviço está diretamente subordinado a fiscalização dos ramos de Engenharia Elétrica/Eletrônica e Engenharia Mecânica. Vejamos a redação do item 1.1 do Termo de Referência:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO DE ENGENHARIA CLÍNICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA e PREVENTIVA com UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA, COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA, TECNICAMENTE QUALIFICADA PELOS ÓRGÃOS REGULADORES E FISCALIZADORES, REPOSIÇÃO DE PEÇAS/MATERIAIS E DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS (OS VALORES DE PEÇAS SERÃO RESSARCIDOS DE ACORDO COM SUA UTILIZAÇÃO E DENTRO DO LIMITE APROVADO), conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

Portanto, para a execução dos serviços a empresa deverá estar habilitada junto ao CREA, no mínimo nos ramos de Engenharia Elétrica/Eletrônica e Engenharia Mecânica. Após uma minuciosa consulta no Termo de Referência, não encontramos nenhum serviço relacionado ao ramo de Engenharia Civil, o que comprova a ilegalidade da exigência e vai contra Artigo 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993. No tocante ao ramo de Engenharia Biomédica, relacionado ao profissional Engenheiro Biomédico, as atribuições deste profissional estão descritas no Art.; 9º da **RES Nº 218/1973** do sistema CONFEA, com limitações ao seu campo de atuação de acordo com a decisão nº PL-0034/2008, da sessão Plenária Ordinária nº 1.347 do CONFEA, que incluiu o título de Engenheiro Biomédico na Tabela de Títulos Profissionais, instituída pela Resolução nº 473, de 26 de novembro de 2002. Ora, se o ramo da Engenharia Biomédica

é um ramo que está incluso na área da Engenharia Elétrica e com limitações, diferente do ramo de Engenharia Elétrica/Eletrônica, certo que as atribuições do profissional deste ramo estão descritas nos Art.; 8º e 9º da **RES Nº 218/1973**, podendo desempenhar todas as atividades dos itens 01 a 18 do Art. 1º da **RES Nº 218/1973**. Portanto, se a empresa está habilitada nos ramos de Engenharia Elétrica/Eletrônica, não há a necessidade de estar habilitada no ramo de Engenharia Biomédica, visto que os equipamentos a serem mantidos necessitam de expertises de profissionais das áreas de Elétrica/Eletrônica e Mecânica, com curso de especialização ou pós-graduação em Engenharia Clínica.

Data vênua, tal exigência é totalmente dispensável, haja vista que a sua EXISTÊNCIA ou INEXISTÊNCIA, em nada altera a capacidade técnica das empresas especializadas na execução dos serviços de Engenharia Clínica.

Ressalte-se que os órgãos Públicos devem agir em plena consonância e obediência aos princípios da Lei 8.666/1993. Vejamos:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

O Inciso I, do parágrafo 1º do referido artigo veda totalmente a inclusão de condições que restrinjam o caráter competitivo das licitações:

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

II.2) Item 19.3 – Exigência Ilegal de Qualificação Técnica, Certidão de Acervo Técnico emitida pelo CREA, em nome da empresa.

O item 19.3 do edital exige das licitantes ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA com CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO em nome da empresa. Entretanto, vale destacar, que a "CAT", é um documento emitido na averbação do ATESTADO no nome do profissional. Portanto, o edital não pode exigir das licitantes os atestados acompanhados da CAT, e sim somente os atestados sem averbação no CREA, o que chamamos de CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL, já para os profissionais deve ser exigido o ATESTADO com a CAT, o que chamamos de CAPACIDADE TÉCNICA PROFISSIONAL.

Portanto, é preciso separar a capacidade técnica profissional da capacidade técnica operacional, que são qualificações distintas entre si, de acordo com os artigos 47 e 55, da RES 1025/2009, do CONFEA. Ressalto, que o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro - TCE/RJ, pacificou a matéria através do **ACÓRDÃO Nº 25279/2022-PLENV, do PROCESSO: 248194-5/2021**. Vejamos:

"...Em que pese a revogação do certame, com a consequente perda de objeto da tutela provisória deferida por meio da decisão de 06/01/2022, considero que se mostra relevante tecer algumas considerações acerca do mérito, com o intuito de orientar o jurisdicionado na eventual elaboração de editais futuros.

Relembro que o mérito desta representação buscava obter provimento para obstar o prosseguimento do certame em razão das seguintes possíveis irregularidades, conforme sintetizado na decisão monocrática de 25/11/2021:

3 - O subitem 12.6 do edital exige que os atestados de qualificação técnica sejam apresentados em nome da pessoa jurídica licitante, o que se mostraria irregular e restritivo da competitividade, tendo em vista que, na forma da Resolução 1025/2009 do CONFEA, especialmente seu art. 47, o acervo técnico é de propriedade do profissional e não da empresa, sendo certo que os atestados podem ser utilizados pelas empresas em licitações, quando comprovarem que contam com tal profissional em seus quadros. Aponta, ademais, ser vedada a emissão de certidão de acervo técnico em nome de pessoa jurídica, na forma do art. 55 do referido normativo.

Quanto ao item 3, me reporto às considerações lançadas na decisão de 06/01/2022, no sentido de que a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional mediante a apresentação de atestados, em nome da licitante e registrados nas entidades profissionais competentes, in casu, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (Crea), mostra-se em dissonância com o disposto no art. 55 da Resolução nº 1025/09 do Confea, uma vez que o acervo técnico trata de propriedade do profissional e não da empresa, conforme jurisprudência dos Tribunais de Contas, a exemplo do Acórdão n 2.690/2021-Plenário do TCU..." (grifo nosso)

Sendo assim e pela especificidade dos serviços requeridos e de acordo com a RES 1025 do CONFEA e decisões dos Tribunais, o edital **deverá exigir atestado de capacidade técnica profissional com a devida CAT** para o profissional. Como também deve exigir **CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL** para as empresas em itens separados no instrumento convocatório.

II.3) Ausência de Exigências de Qualificação Técnica Necessárias para a Execução do Objeto

A exigência da qualificação técnica corresponde a de um poder-dever da Administração Pública, cuja inobservância pode levar à nulidade do edital, vez que frustraria o objetivo principal da licitação, que é selecionar a proposta mais vantajosa, e não, simplesmente, o menor preço.

Por outro lado, **também é imperioso que seja exigida das licitantes, a apresentação de Certificado de Autorização, emitido pelo Instituto de Pesos e Medidas - IPEM, nos termos da portaria nº 088, de 08/07/87!**

Decerto, a certificação do IPEM é essencial para assegurar a capacidade da empresa de realizar conserto e manutenção em instrumentos de medição, tais como esfigmomanômetros, balanças e medidores de pressão arterial, sendo desnecessário discorrer a respeito do enorme risco para a vida das pessoas atendidas pela rede de saúde do município de Nova Friburgo se um desses equipamentos não tiver uma manutenção adequada.

É importante ressaltar que o serviço que se pretende contratar é indispensável para que o município de Nova Friburgo cumpra sua missão, tão relevante para a sociedade, com segurança e eficácia! E, nesse contexto, as exigências acima são indispensáveis para licitação em questão!

É certo que o edital de licitação não deve fazer exigências desnecessárias, sob pena de se restringir indevidamente o caráter competitivo do certame. Entretanto, **AS EXIGÊNCIAS NECESSÁRIAS NÃO PODEM SER DESPREZADAS**, sob pena de se frustrar o próprio objeto da licitação, especialmente quando se trata de serviço relacionado à saúde da população!!!

III - CONCLUSÃO E PEDIDO

Por todo exposto, **REQUER**, seja julgada procedente a presente impugnação, a fim de que:

- 1) Seja excluída do item "19.1" do Edital a exigência de habilitação da empresa nas áreas de Engenharia Civil e Engenharia Biomédica;
- 2) A Inclusão da exigência de comprovação que possui em seu quadro técnico permanente com vínculo empregatício, ou contratado, ou societário, Engenheiro elétrico ou eletrônico ou mecânico com pós-graduação ou especialização em Engenharia Clínica ou com mestrado ou doutorado em Engenharia Biomédica, a ser comprovado através de diploma;
- 3) A Inclusão da exigência de prova de capacidade técnica operacional que deverá ser comprovada através de Atestados de Capacidade Técnica em nome da licitante, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características compatíveis com o objeto da licitação, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- 4) A Inclusão da exigência de prova de capacidade técnica profissional que deverá ser comprovada através de Atestados de Capacidade Técnica em conjunto com a Certidão de Acervo Técnico, devidamente averbados na entidade profissional competente, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do responsável técnico das áreas de Engenharia elétrica ou eletrônica ou mecânica, comprovando haver prestado adequadamente, anteriormente, execução de serviços de características compatíveis com o objeto da licitação, por período não inferior a 24 (vinte e quatro) meses;
- 5) A inclusão da exigência que a empresa estar autorizada para fins de conserto e manutenção em Esfigmomanômetros e Balanças de até 200Kg, concedidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (INMETRO). A presente autorização será comprovada mediante a apresentação do Termo de Responsabilidade emitido por órgãos da Rede Nacional de Metrologia Legal - IPEN (Instituto de Pesos e Medidas) em nome da licitante;
- 6) Que o edital seja retificado e enviado para o TCE/RJ, para certificar se o instrumento convocatório segue as diretrizes do **ACÓRDÃO Nº**

25279/2022-PLENV, do PROCESSO: 248194-5/2021 do TCE/RJ. E que seja marcado uma nova data de abertura na forma da lei;

Caso não atendidos os pedidos acima, requer, desde já, seja a presente impugnação encaminhada à ilustre autoridade superior, para seu provimento.

Termos em que,
Pede Deferimento.

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2023.



Nome completo: MARCELO ALVES PEREIRA.
Identidade: 020.176.255-6 DETRAN/RJ.
CPF: 103.096.567-61.
Cargo: SÓCIO-DIRETOR.